



INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS

XIII CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE LISBOA
A UNIÃO EUROPEIA E AS NAÇÕES UNIDAS

Lisboa, 22 - 24 Novembro de 1995

DISCURSO NA SESSÃO DE ABERTURA

João Soares

Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Senhores Deputados Senhores Embaixadores

Senhor Representante do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Reúne-se esta conferência num momento em que, para além das comemorações do 50 anos das Nações Unidas, a Europa debate e procura o reforço da sua afirmação externa.

Toma-se, por isso, relevante equacionar os modos e as formas de afirmação externa da União Europeia face à necessidade de reforma da organização das Nações Unidas e às solicitações de um seu crescente envolvimento nas missões humanitárias e de paz tanto na Europa como fora dela.

As transformações políticas, económicas e sociais da Europa após a queda do muro de Berlim, o alargamento da União Europeia para norte e leste, tomaram mais vasto o espaço de vivência e de comunhão de interesses modificando os centros de gravidade tradicionais e questionando o papel tradicional da Europa no relacionamento com as grandes instituições como as Nações Unidas e a NATO.

A tragédia dos Balcãs, a emergência dos nacionalismos nos territórios que foram da ex-União Soviética, o fundamentalismo religioso na margem sul do Mediterrâneo com ramificações preocupantes nalguns países europeus, como a França, colocam novos desafios às missões tradicionais das grandes organizações surgidas após a II Grande Guerra com o objectivo de garantir que aquela guerra fosse a última.

O mundo infelizmente nem sempre tem estado atento a esses esforços e a acção e a oportunidade de algumas tomadas de decisão por parte dessas instituições também nem sempre corresponderam à prevalência da defesa dos valores que as determinaram.

Por razões de incapacidade organizativa e de decisão política dos estados membros, por incapacidade financeira, por bloqueios resultantes de jogos de poder de que são vítimas sempre os estados mais pequenos e mais pobres.

Timor é, aliás, vítima indefesa de uma situação destas. Tendo condenado por várias vezes a Indonésia pela ocupação de Timor, tendo escrito na sua Carta Constituinte o direito dos povos à autodeterminação, as Nações Unidas têm-se revelado incapazes de dar sequência às posições tomadas.

Noutras situações mais lestas têm sido as Nações Unidas a tomar posições de força quando os interesses afectados se confundem com o dos países que no Conselho de Segurança detêm poder de veto. A guerra do Golfo é disso um exemplo claro.

Dois pesos e duas medidas para uma situação idêntica.

Mas encarar a reforma das Nações Unidas não deve apenas significar uma reafecção de poder dos seus órgãos, de clarificação das formas de financiamento e da regulação do estatuto de intervenção em missões de paz e nos domínios da educação, ciência e cultura e do desenvolvimento económico e social.

Deve significar também a clarificação das relações institucionais com as grandes organizações regionais.

A União Europeia, o Mercosul, por exemplo, são essenciais revelando para a criação de uma nova ordem internacional mais solidária onde os valores ambientais, a gestão dos recursos e a promoção do desenvolvimento, do emprego e das condições de vida aparecem na primeira linha das suas preocupações.

A um interesse estratégico moldado num pensamento exclusivamente militar há que sobrepor agora uma visão onde os valores do desenvolvimento económico e social e dos direitos humanos determinem o sistema global de relações.

Não podemos entender as relações entre a União Europeia e as Nações Unidas apenas no âmbito de uma repartição de tarefas relativas às missões de paz e à definição de espaços próprios de intervenção, reduzindo-as à sua vertente militar.

É certo que se alterou o papel da NATO; que a UEO deve ser reforçada enquanto entidade polarizadora de uma política de defesa comum; que as fronteiras, numa perspectiva de defesa global são cada vez mais distantes.

Isto significa repensar por um lado o reforço das diferentes vertentes da defesa europeia, solidariamente com a promoção do desenvolvimento nas suas periferias já que o desenvolvimento no Magrebe, na África e na América Latina deve ser entendido como um objectivo prioritário da política de defesa europeia.

A cidade de Lisboa, neste aspecto, tem vindo, na esfera das suas relações internacionais, a privilegiar um conjunto de iniciativas e acções que se inscrevem neste objectivo.

Dando expressão de solidária cooperação com as cidades capitais de língua portuguesa através da UCCLA, e, desde 1990, reforçando laços com as cidades capitais da América Latina.

Entendemos fundamental para a paz e para o desenvolvimento a solidariedade activa entre países com problemas comuns e a mesma vontade de contribuir, num diálogo tolerante e sem preocupações hegemónicas, para o adensar das relações essenciais à redução dos factores de conflito.

Senhores Deputados

Senhores Embaixadores

Senhor Representante do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Lisboa é uma cidade aberta ao mundo. Cidade de chegadas e de partidas, partilha convosco o sentimento de que o caminho para a paz e para o desenvolvimento é, por vezes, um caminho sinuoso mas possível de percorrer.

Partilhamos no entanto das preocupações que nos obrigam a reflectir sobre o funcionamento das instituições a quem cabe um papel muito importante na criação e manutenção das condições de paz no mundo.

Sem que se arvoreem em polícias do planeta, antes assumindo o papel de auxiliares do esforço de defesa dos valores da dignidade e dos direitos humanos, do ambiente como condição essencial de uma gestão racional e equilibrada dos recursos e de combate à fome, à pobreza e à doença, da tolerância como condição de convivência de povos e culturas.

Em nome da cidade e do povo de Lisboa, em meu nome pessoal, saúdo V. Exas e desejo que esta estada na nossa cidade seja frutuosa e constitua ponto de partida para os maiores êxitos nos vossos trabalhos.

Faço votos para que deles resultem propostas e sugestões que contribuam para tornar mais feliz a vida dos povos e para que a guerra, a intolerância, a miséria, a delapidação dos recursos naturais sejam afastadas da nossa convivência, qualquer que seja a parte do mundo onde ocorram.

O grito da paz é uma exigência moral.

Em nome do povo de Lisboa exortamo-vos a que façam dele a vossa bandeira.